

## Comissão da Câmara mantém Norma Técnica do Ministério da Saúde

Depois de seis meses de expectativa, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 25 de agosto, por 24 votos a favor e 16 contra, o parecer da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ). O parecer rejeita o PDC (projeto de Decreto Legislativo) 737/98 do deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE) que defendia a suspensão da Norma Técnica do Ministério da Saúde. A Norma, editada no final do ano passado, tem o objetivo de orientar e padronizar o atendimento prestado pelos

hospitais públicos e conveniados ao SUS às vítimas de violência sexual. O Fêmea, nesta edição, registra a opinião de médicos, feministas e parlamentares

sobre a Norma do Ministério da Saúde e traz um quadro de todos os hospitais da rede pública de saúde que possuem um Serviço de Atendimento ao aborto



legal. O diretor do Serviço Escola de Ginecologia, Obstetrícia e Neonatologia do Hospital Ipiranga de São Paulo, José Antônio Jordão acha que a Norma Técnica representa mais um incentivo à implantação de novos serviços em outros hospitais do país.

(Págs. 6 e 7)

### Bancada Feminina elege uma coordenação

Desde o dia 12 de agosto a bancada feminina do Congresso Nacional já conta, pela primeira vez, com uma Coordenação composta por duas deputadas, Jandira Feghali (PC do B-RJ) e Almerinda de Carvalho (PFL-RJ) e uma senadora, Emília Fernandes (PDT-RS). A coordenação, com um mandato de seis meses, terá como objetivo principal se mobilizar em torno de questões comuns e dialogar de forma unificada com o movimento de mulheres. As parlamentares ganham, a partir de agora, apoio importante para as suas iniciativas. (Págs. 4 e 5)



### AMB é recebida por José Gregori

Representantes da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras – estiveram reunidas em Brasília, entre os dias 7 e 10 de agosto, para elaborar um balanço nacional das políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres nos últimos cinco anos, tendo em vista os compromissos firmados pelo governo brasileiro durante a Conferência de Beijing. O encontro mais importante da AMB foi com o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Dr. José Gregori. A conversa foi sobre os rumos do Conselho Nacional dos Direitos da

## Editorial

Depois de seis meses de expectativa, finalmente a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou, por 24 votos a favor e 16 contrários, o parecer da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) rejeitando o PDC 737/98 do deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), que sustava a Norma Técnica do Ministério da Saúde, que dispõe sobre “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes”. A votação durou quatro horas num plenário cheio, dividido entre representantes da Igreja e Movimento de Mulheres. Ponto para nós que estamos na luta em defesa do aborto legal há anos. Agora o projeto do deputado Severino Cavalcanti segue ainda para a Comissão de Constituição e Justiça, e depois para o plenário da Câmara, onde, se for novamente rejeitado, será arquivado. E temos mais vitórias! Goiás ganha o Conselho da Mulher com mais poder, tendo na sua estrutura uma Secretaria Executiva com poderes para implementar políticas que dizem respeito à mulher. A bancada feminina no Congresso Nacional elege, pela primeira vez, uma Coordenação. Já sem tanto sucesso foi o encontro do Secretário de Estado dos Direitos Humanos, José Gregori, com a Coordenação Executiva Nacional da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras – para discutir os rumos do Conselho Nacional. Está difícil chegar a um consenso sobre a estruturação do Conselho que agrade as partes interessadas.

E lembramos mais uma vez aos parlamentares do Congresso Nacional que respondam o questionário da nossa pesquisa de opinião sobre “Direitos das Mulheres Previstos na Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher e a Legislação Brasileira”. O nosso objetivo é divulgar a opinião dos deputados(as) e senadores(as) sobre os direitos das mulheres em discussão no Congresso Nacional. Até a próxima.

## CFEMEA pesquisa

**T**rabalho, direitos civis, saúde sexual e reprodutiva, violência, poder e recursos orçamentários. Esses são alguns dos temas abordados pela pesquisa de opinião “Direitos das Mulheres previstos na Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher e a Legislação Brasileira”, que o CFEMEA está realizando durante todo este mês de agosto com os 594 parlamentares federais (81 senadores e 513 deputados).

Esta é a terceira pesquisa de opinião entre parlamentares realizada pelo CFEMEA. O objetivo geral, a exemplo das iniciativas anteriores (1993 e 1995), é conhecer e divulgar a opinião de deputados/as e senadores/as sobre direitos das mulheres em discussão no Congresso Nacional, visando contribuir para a interlocução do movimento de

mulheres e o Legislativo Federal.

Mais especificamente, a pesquisa tem o objetivo de conhecer e mapear as opiniões dos senadores(as) e deputados(as) sobre os direitos das mulheres em discussão no Congresso Nacional e visibilizar as opiniões dos parlamentares, divulgando-as na mídia e às organizações da sociedade civil, particularmente às entidades do movimento de mulheres.

A pesquisa tem o apoio do UNICEF – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Infância – e o questionário, que contém 36 questões, está sendo aplicado pela WHO – Consultoria e Informações de Mercado –, empresa que também é responsável pela tabulação dos dados recolhidos. O resultado da pesquisa será apresentado em outubro. ☒



mulher empres 67

## Camisinha feminina

A partir de outubro o Ministério da Saúde começa a distribuir dois milhões de preservativos para a mulher nos postos de saúde de todo o país. Trata-se da camisinha feminina. Inicialmente as camisinhas vão ser restritas aos grupos mais vulneráveis ao vírus HIV, como as prostitutas. Segundo pesquisa realizada com 2453 mulheres, a camisinha teve aceitação de 70% do grupo cuja média de idade era de 30 anos. As principais vantagens apresentadas foram: proteção contra DST/AIDS (62%), o conforto (38%) e a autonomia que permite à mulher (27%). Este novo tipo de preservativo já pode ser encontrado na farmácia por R\$ 2,00 ou R\$ 3,00. ☒



mulher empres 67



**CFEMEA**  
**CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS**  
**E ACESSORIA**  
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602, Ed.

Venâncio 3000, 70718-900, Brasília-DF – Brasil  
Telefone: (061) 328-1664 – Fax: (061) 328-2336  
E-Mail: cfemea@cfemea.org.br  
Home Page: <http://www.cfemea.org.br>

**Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA**

**Equipe Responsável:** Guacira César de Oliveira, Malô Simões Lopes e Almira Correia de Caldas Rodrigues.

**Conselho Consultivo: Parlamentares:** Deputadas Fátima Pelaez, Jandira Feghali, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Zulaiê Cobra. Deputados Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, José Genoíno, Miro Teixeira, Paulo Paim. Senadora Emilia Fernandes. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara, Roberto Freire.

**Feministas:** Albertina Costa, Ana Alice Alcântara Costa, Ana Maria Rattes, Elizabete Oliveira Barreiros, Fátima Oliveira, Florisa Verucci, Heleith Saffioti, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Luiza Bairos, Marah Régia, Margareth

Ariha, Maria Amélia Teles, Maria Aparecida Schumacher, Maria Berenice G. Delgado, Maria Helena Silva, Nair Goulart, Sônia Correia, Sueli Carneiro.

**Comitê de Especialistas:** Álvaro Villaça, Denise Dourado Dora, Elizabeth Garcez, Leila Linhares, Maria Bethânia Melo Ávila, Paola Cappellin Giuliane, Sílvia Pimentel, Vera Soares  
**Equipe CFEMEA:** Adriano Fernandez Cavalcante, Almira Correia de Caldas Rodrigues, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Cosmo Ribeiro de Sousa, Daniel Schroeter Simião, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Edna Maria Cristina Santos, Eliana Magalhães Graça, Fabiana Zamora, Glaci do Carmo Bren de Andrade, Guacira César de Oliveira, Juliana dos Santos Costa, Iáris Ramalho Cortês, Malô Simões Lopes, Mirla de Oliveira Maciel, Sônia Malheiros Miguel.

**Assessores(as) Parlamentares:** Daniel Schroeter Simião, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça

**Jornalista Responsável:** Edna Maria Cristina Santos  
**Composição e Arte Final:** Adriano Fernandez Cavalcante  
**Impressão:** Athalaia Gráfica e Editora Ltda – Brasília-DF  
**Apoio:** Fundação Ford, Fundação MacArthur e FNUAP.  
**Impressão:** 6.000 exemplares.



# Goiás ganha Conselho da Mulher

No dia 30 de julho o Governo de Goiás criou o Conselho Estadual da Mulher, que pela primeira vez no Brasil, tem uma estrutura diferenciada das outras, já que possui uma Secretaria Executiva com poderes de implementar políticas que dizem respeito à mulher. Maria Goreti Aleixo, ex-assessora parlamentar do CFEMEA, é a titular do novo cargo.

Segundo ela, com a criação da Secretaria, o Governo dá condições de trabalho para o Conselho e assume o compromisso de tornar visível as reivindicações das mulheres. O Governo está agora definindo a dotação orçamentária do Conselho, que é composto de 23

conselheiras, uma secretária executiva, sete assessoras e uma presidenta. Cinquenta por cento dos membros são representados pelo Governo e 50% pela sociedade civil. As áreas de atuação serão: saúde e direitos reprodutivos, combate à violência, comunicação, educação, trabalho, assessoria jurídica e finanças. Algumas metas de trabalho já estão definidas, como: realização de cursos de capacitação para servidores públicos e professores na área de gênero, treinamento de profissionais, visando um melhor atendimento nas Delegacias da Mulher de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia e, posteriormente, criação de um Centro de Referência de



Maria Goreti Aleixo,  
Secretária Executiva do  
Conselho da Mulher de Goiás

Saúde Integral da Mulher. A criação do Conselho foi o resultado de uma negociação que começou no ano passado entre o Fórum Goiano de Mulheres e

## Mulheres da Amazônia

“Barcos de Santarém, de Juruti e de Terra Santa, repletos de mulheres sócias da AOMT-BAM – Associação das Organizações das Mulheres Trabalhadoras do Baixo-Amazonas – e convidados, amanheceram na cidade Ximanga (Alenquer-Pará).” Foram estas as palavras iniciais do relatório do IV CONGRESSO DA AOMT-BAM, realizado entre os dias 9 e 11 de julho último, em Alenquer-PA.

Os Congressos da AOMT-BAM são marcados pelo grande entusiasmo de suas participantes.

Este IV Congresso, com a participação de cerca de 300 pessoas (representando suas 27 entidades), teve como tema principal “Os 500 anos do Brasil e a Mulher na Globalização rumo ao Terceiro Milênio”, desdobrado em três exposições: “Mulher ontem, nos 500 anos” apresentado por Eunice Guedes, da Universidade Federal do Pará; “Mulher na Globalização” – Graça Costa, do MAMA e “Mulher rumo ao Terceiro Milênio” – Iáris Ramalho Cortês, do CFEMEA.

Após as exposições, foram trabalhados em oficinas, os temas: a) Mulher e o Auto-sustento; b) Mulher Trabalhando a Violência e Segurança; c) Mulher e o Empoderamento; d) Prostituição, Caso de Prevenção e Organização; e) Saúde de Mulher, Um Bem que se Quer.

### Resumo das propostas discutidas nas Oficinas:

1. *Buscar a ampliação de participantes da AOMT-BAM, em todo Baixo-Amazonas*

2. *Promover cursos, debates e seminários sobre, entre outros, os temas:*

- Auto-sustento; elaboração e desenvolvimento de projetos; cooperativas e feiras de produtos;
- direitos e deveres das mulheres; questão de gênero e direitos humanos, inclusive para policiais;
- capacitação para as candidatas a cargos eletivos;
- DST/AIDS, planejamento familiar, aborto, mortalidade materno-infantil, prevenção de doenças e saúde mental.

3. *Reivindicar/lutar, junto ao Executivo, pela implantação de:*

- programas de geração de emprego;
- delegacias de atendimento às mulheres;
- Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher;
- conselhos tutelares em todos os municípios, com programa de capacitação para conselheiros;
- programas “bolsa escola”; profissionalização; educação sexual nas escolas; construção de creches e asilos;
- ampliação de pesquisas sobre a mulher e prostituição;
- cursos de alfabetização para adultos;
- criação de casas abrigo e de passagem;
- maior atendimento à saúde dos profissionais do sexo.

Para que a AOMT-BAM possa desenvolver seu planejamento estratégico, faz-se necessária uma maior produção de material de formação e informativo, com dados estatísticos sobre as mulheres nessas áreas.

É necessária, também, a formação de equipes de fiscalização das ações do Poder Executivo, maior entrosamento com o Poder Legislativo e participação de suas filiadas nos conselhos comunitários e tutelares municipais/estaduais de políticas públicas.

Por último, houve a eleição da nova diretoria da AOMT-BAM, para o triênio 1999/2002. O próximo Congresso da AOMT-BAM realizar-se-á em julho de 2002, na cidade Santarém-PA.



Congresso da AOMT-BAM – Oficina  
“Mulheres e o Empoderamento Político”



## Enquanto isso, no Congresso Nacional

# Mulheres Agindo em Conjunto

### Bancada Feminina ganha uma coordenação

A Bancada Feminina já conta, desde o dia 12 de agosto, com uma Coordenação composta por duas deputadas e uma senadora. A coordenação terá um mandato de 6 meses, e surgiu de uma decisão das parlamentares presentes na última reunião da Bancada, na Câmara. A reunião contou com uma participação expressiva (18 gabinetes representados, sendo 9 deputadas presentes), e indicou para essa primeira Coordenadoria as deputadas Jandira Feghali (PC do B-RJ) e Almerinda de Carvalho (PFL-RJ) e a senadora Emília Fernandes (PDT-RS).



A organização de uma Coordenação para a Bancada é uma ótima notícia para o movimento de mulheres. Afinal, a luta pelos direitos das mulheres no legislativo ganhará um grande impulso com as parlamentares se identificando como um grupo, uma Bancada que



atua em conjunto, se mobiliza em torno de questões comuns e dialoga de forma unificada com o movimento de mulheres. A coordenadoria será muito importante, na medida em que poderá



implementar medidas que fortaleçam essa articulação permanente da bancada, realizando reuniões periódicas, publicando regularmente informes gerais com as ações da bancada e promovendo eventos e ações conjuntas. Isso é positivo para as parlamentares, que ganham um apoio importante a suas iniciativas; para o movimento de mulheres, que vê um interlocutor e um aliado organicamente constituído no Congresso Nacional; e para as mulheres e os homens que acreditam na igualdade

*A deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) considera importante a criação de uma Coordenação que agirá sempre em nome de toda a bancada feminina, tornando mais ágil o processo de decisão e de marcação de agendas. “Trabalhando junto com o CFEMEA, esperamos intensificar e melhorar a atuação da Bancada Feminina no Congresso no que se refere aos Projetos de Lei que tratam dos interesses*

*das mulheres”.*

*Para a deputada Almerinda de Carvalho (PFL-RJ) é importante que as discussões no Congresso não fiquem só no papel. “Com uma coordenação, a ação da bancada fica mais dinâmica, mais atuante, não só levantando questões, mas atuando nas questões voltadas para a mulher, e chegando a resultados concretos.”*

*Já a senadora Emília Fernandes*

*(PDT-RS) destaca que a criação de um Colegiado para coordenar as atividades da Bancada é fundamental. “Nesse momento, é decisivo que a atuação da Bancada Feminina seja cada vez mais concreta e efetiva para contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento para o país, com geração de empregos e garantia da igualdade.”*

## Política de cotas no judiciário

Foi aprovada, em 11 de agosto, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 007 de 1999. A Proposta, de autoria do Senador Ademir Andrade (PSB-PA), determina que não pode haver três nomeações seguidas de pessoas do mesmo sexo para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Na prática, a PEC é um impor-

tante instrumento de ação afirmativa que busca corrigir uma distorção brutal no acesso das mulheres juristas às instâncias de poder. Hoje há mais mulheres que homens na base da magistratura, e tão competentes quanto, mas nenhuma jamais foi nomeada para o STF. Para entrar em vigor, a PEC precisa ainda ser aprovada pelo plenário do Senado e passar pela chancela da Câmara, em dois turnos de votação.

A discussão na CCJ revelou que o assunto ainda é polêmico, pois muitos parlamentares receiam privilegiar categorias sociais com uma política de cotas. Esse debate também não é tranquilo para o próprio movimento de mulheres, mas é importante destacar que o projeto não faz nada além de assegurar uma representação mais justa e legítima na instância mais importante do judiciário brasileiro. ☒



## Subcomissão discute mulheres e relações de trabalho

Instalada pouco antes do recesso, no dia 17 de junho, a Subcomissão Especial para Analisar a Situação da Mulher no Mercado de Trabalho, no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara realizou, no dia 19 de agosto, sua primeira audiência pública. Presidida pela deputada Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) e tendo como relatora a deputada Fátima Pelaes (PSDB-AP), a subcomissão pretende dar visibilidade à situação da mulher no mercado de trabalho, elaborar proposições legislativas que superem os entraves existentes, buscando a igualdade de acesso para homens e mulheres e, ainda, elaborar material informativo sobre o resultado de seus trabalhos.

A metodologia de desenvolvimento dos trabalhos consiste na realização de audiências públicas, com a participação de entidades da sociedade civil organizada, estudiosos do

tema, autoridades do governo e parlamentares. Ao final será realizado um grande seminário para fechamento das questões vistas nas audiências.

Os temas escolhidos para as audiências são: Globalização e Flexibilização do Trabalho, O Desemprego e o Trabalho Formal, Discriminação e Ações Afirmativas, Política de Equipamentos Sociais, Contabilização do Trabalho não Remunerado e a Situação da Mulher no Serviço Público.

O CFEMEA vem assessorando os trabalhos da Subcomissão por julgar que esse é mais um espaço de discussão importante que se cria para fazer avançar questões de interesse do movimento de mulheres. ☒



mujer fempress 04

## Mães adotivas e Salário Maternidade

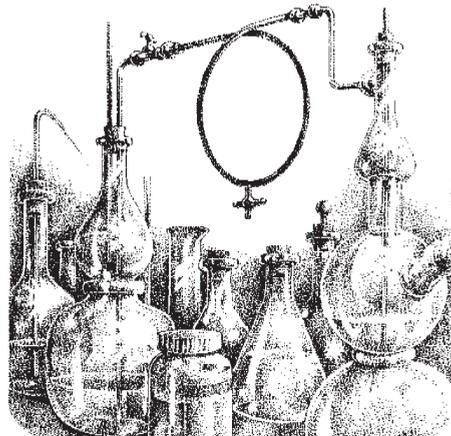
Foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, o Projeto de Lei da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que concede 90 dias de salário maternidade para

a segurada da previdência social que adotar criança de até um ano de idade. O projeto (PLS 152/1999) argumenta que não deve haver diferença entre as necessidades de uma criança natural e

adotada, sendo que ambas devem ter o direito de contar com a presença da mãe nos primeiros meses de vida. Para as mulheres, o benefício significa mais uma conquista. ☒

## Projeto regulamenta o uso da Talidomida

Na mesma sessão em que votou o projeto da senadora Luzia Toledo, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou o PLS 195/1999. O projeto, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), busca regulamentar o uso da Talidomida, um medicamento importante para o tratamento de doenças dermatológicas, mas que teve um efeito devastador sobre mulheres grávidas nos anos 70 e 80. O projeto, além de observar normas bastante rigorosas para o controle sobre a comerciali-



zação e utilização do medicamento, estabelece como obrigação do Estado divulgar amplamente os riscos do uso da Talidomida, bem como os benefícios já previstos em lei para proteção deste medicamento. Isso inclui divulgar o direito que têm as mulheres que utilizaram o remédio durante a gestação e, em função disso, tiveram seus filhos com graves anomalias fetais, de receber uma pensão vitalícia para seus filhos, conforme já determinam as leis 7070/1982 e 8686/1993. O projeto deve seguir

## Fernando Henrique sanciona lei que vai punir os cartórios que cobrarem por certidões

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou, em agosto, o projeto de lei, de autoria dos deputados Geraldo Magela (PT-DF) e Agnelo Queiróz (PC do B-DF) que prevê punição aos cartórios brasileiros que se recusarem a fornecer, de graça, a primeira cópia das certidões de nascimento e óbito, ao cidadão que as solicitarem.

Com a sanção, o projeto transformou-se na Lei 9.812, de 10 de agosto de 1999. A nova lei corrige falha de outra lei federal, a de número 9.534/97, que já dizia que os cartórios são obrigados ao fornecimento gratuito de certidões, mas não previa qualquer punição para os que a descumprissem.

Uma pesquisa do Ministério da Saúde, divulgada no

início do ano, diz que, no Brasil, 43% das crianças que morrem antes de completar um ano de idade são enterradas sem qualquer registro. No Nordeste este número cresce assustadoramente: no Maranhão, o índice é de 89% e no Piauí, 87%. Em Brasília, onde o número de sepultados sem registro chega a 15%, os cartórios cobravam, em média, R\$ 10,00 pelo documento de registro de nascimento.

Com a nova lei, os notários e tabeliães que se recusarem a emitir as certidões de graça serão punidos com advertência, multa, suspensão e mesmo cassação definitiva de suas licenças. “Esta é mais uma vitória da cidadania”, resumiu o deputado Geraldo Magela.



## Comissão mantém Norma Técnica do Ministério da Saúde

No dia 25 de agosto, na sessão presidida pelo deputado Alceu Colares (PDT-RS), a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou a manutenção da Norma Técnica do Ministério da Saúde que dispõe sobre *Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes*.

Num plenário cheio, dividido entre representantes da Igreja e do Movimento de Mulheres, os deputados acataram o parecer da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), contrário ao Projeto de Decreto Legislativo 737/98, do deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), que pedia a suspensão da Norma. O debate no plenário durou quatro horas, e, ao final, 24 parlamentares acataram o parecer da relatora, contra 16 parlamentares que apoiaram o PDC 737.

de Atendimento ao Aborto Legal, que já existe em vários hospitais da rede pública. “O plenário entendeu que tínhamos que acabar com a hipocrisia da sociedade que defende tudo para o rico e nada para o pobre. Sabemos que as mulheres de poder aquisitivo têm condições de fazer o aborto em clínicas particulares e as mulheres pobres, na maioria das vezes, recorrem a clínicas clandestinas para serem atendidas”, desabafou. A deputada disse, também, que ficou surpresa com o desconhecimento e a falta de percepção de alguns deputados sobre o trauma que representa para uma mulher ser estuprada.

A interrupção da gravidez decorrente de estupro é um direito das mulheres brasileiras há 59 anos, garantido pelo Código Penal de 1940. Apesar disso, a edição da Norma, que apenas o regulamenta, causou polêmica, principalmen-

te não mentem”, enfatiza Jacira Melo, coordenadora da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. De qualquer forma, a Norma Técnica respeita o Código Penal já que este não prevê a exigência nem de boletim de ocorrência nem de exame médico para que o aborto seja realizado.

“Incentivamos as vítimas a fazer o B.O., até mesmo para que a polícia tente achar o culpado”, diz José Antônio Jordão, diretor do Serviço Escola de Ginecologia, Obstetrícia e Neonatologia do Hospital Ipiranga, um dos quatro estabelecimentos que oferece atendimento a vítimas de violência sexual em São Paulo. O médico afirma que nem sempre o exame médico pode garantir que houve violência. “De forma geral, a primeira coisa que a vítima faz após sofrer a violência é tomar banho. Com isso, muitas evidências se perdem”, observa.

No entanto, Jordão não acredita que os hospitais que prestam o serviço já tenham realizado aborto em mulheres que não foram realmente violentadas. E o que sustenta essa opinião é o fato de todas as vítimas serem atendidas por uma equipe multidisciplinar, composta por médicos, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiras. Os profissionais checam as informações dadas pela vítima com a idade gestacional, em caso de gravidez, e os resultados dos outros exames clínicos.

A Norma prevê que o atendimento clínico deve compreender exame físico e ginecológico completos, além da solicitação de exames laboratoriais de tipagem sanguínea, sorologia para sífilis, hepatite tipo B e anti-HIV, coleta de amostras para diagnóstico de infecções genitais e coleta de material para identificação do agressor. As estatísticas mostram que 16% das mulheres vítimas de violência sexual contraem algum tipo de doença sexualmente transmissível, até 2% delas engravidam e uma em cada 1000 é infectada pelo HIV.

Atualmente, 16 hospitais brasileiros oferecem serviços públicos de atendimento a vítimas de estupro em 8 cidades (veja quadro em anexo). São elas: Belém, Brasília, Campinas, João Pessoa, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. O serviço pioneiro foi o do Hospital Municipal Dr. >



A medida em questão, editada em novembro do ano passado, visa orientar e padronizar o atendimento prestado pelos hospitais públicos e conveniados ao SUS às vítimas de violência sexual. A deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), segunda vice-presidente da Comissão de Seguridade Social, fez uma defesa veemente da norma técnica na comissão. Afirmou que não tinha dúvidas quanto à aprovação, por parte dos parlamentares do relatório da deputada Jandira Feghali. Segundo ela, os deputados entenderam que a norma técnica é abrangente e trata de questões relacionadas às DST/AIDS e sobre o aborto. A norma não considera nenhum ponto além do que já está previsto no Código Penal (risco de vida da mãe e estupro) e só vem, também, regularizar o Serviço

te entre os parlamentares ligados aos setores mais conservadores da Igreja.

A principal crítica dos opositores à Norma é de que ela seria o primeiro passo para a legalização do aborto, visto que condiciona a autorização da cirurgia à apresentação de um boletim de ocorrência policial, o que, segundo eles, é um documento frágil. Eles defendem que seja também exigido um exame médico que ateste a violência sofrida e apontam a possibilidade de se conseguir facilmente um boletim prestando informações falsas, o que daria margem à realização de abortos em mulheres que não foram de fato violentadas.

“Esse argumento mostra desconhecimento da realidade, mas, também, um enorme desrespeito às mulheres. Elas



**Continuação...**

Arthur Saboya (Hospital Jabaquara), em São Paulo, iniciado em 1989, por iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Apesar de alguns hospitais oferecerem o serviço de prevenção e tratamento dos agravos resultantes de estupro há quase uma década, ainda é reduzido o número de vítimas que procuram o serviço. Para isso contribuem a pouca divulgação dos programas e a desinformação de grande parte das próprias delegacias policiais, que não avisam às mulheres sobre a possibilidade de terem o atendimento, por desconhecimento do mesmo ou por falta de orientação para tal.

Além disso, também há o fato de grande parte dos estupros ocorrerem no espaço doméstico, sendo praticados por parentes ou pessoas próximas das vítimas, o que torna o crime mais difícil de ser denunciado. O Ministério da Saúde acredita que menos de 10% dos casos chegam às delegacias.

“Nós fazemos pouquíssimos atendimentos. Tenho certeza absoluta de que o número de estupros é muito maior, e estamos preparados para atendê-lo”, afirma Jordão. Segundo ele, o Hospital Ipiranga atendeu cerca de 50 pacientes desde que o serviço foi implantado, em novembro do ano passado.

E o número de abortos realizados

**Projeto ainda será apreciado em Plenário**

*Pelo regimento interno da Câmara, todo Projeto de Decreto Legislativo deve ser apreciado também pelo Plenário da Casa. Essa foi a interpretação da Mesa Diretora da Câmara no despacho que deu ao PDC 737. Em função disso, a derrota do projeto na CSSF ainda não é definitiva. O projeto deverá ser votado agora na Comissão de Constituição e Justiça, e, independentemente do resultado, seguirá para o Plenário, que dará a palavra final. Não há previsão de quando isso poderá acontecer.*

é muito inferior ao de atendimentos, visto que a contracepção de emergência resolve a maioria dos casos. Em dez meses de funcionamento, o serviço do Hospital Ipiranga, por exemplo, não realizou nenhum abortamento. Isso derruba também a tese de que a Norma Técnica provocaria um aumento no número de abortos realizados.

Jordão acredita que a iniciativa do Ministério da Saúde pouco interfere no atendimento já prestado pelos hospitais. No entanto, ele afirma que a polêmica criada em torno da medida é boa para colocar o assunto novamente em discussão.

Além disso, acredita-se, também, que a Norma deverá incentivar a criação de novos serviços de atendimento a vítimas de violência sexual no País. “Já era hora do Ministério ter uma normatização para o atendimento à mulher vítima de violência sexual. E, hoje, isso vem como

um incentivo à implantação de novos serviços”, afirma Jacira Melo.

“A medida respalda e incentiva autoridades que até hoje não tiveram coragem para implantar programas desse tipo a fazê-lo”, concorda o deputado Eduardo Jorge (PT/SP), médico sanitário e autor de vários projetos de lei sobre aborto. “Mas eu continuo achando importante a votação de um projeto de lei específico sobre o assunto, porque uma lei dá muito mais segurança às autoridades sanitárias”, diz. A Norma Técnica pode ser revogada unilateralmente por vontade do Executivo.

“Acredito que o lobby do Severino Cavalcanti vai na contramão da sociedade. Há 59 anos, ela foi capaz de compreender a importância de um tratamento mais humano desses casos. E, hoje, a sociedade cada vez mais aceita uma legislação mais tolerante e flexível com relação ao aborto. Toda

Cidade	Ano de início	Órgão responsável	Hospital/Local onde funciona	Nome do Serviço
Belém	1997	Secretaria de Saúde	Hospital de Base	Programa de aborto para o embaixador
Brasília	1998	Comissão de Assistência Social - Resolução 00/198	Hospital Mães no Parto de Brasília	Programa de aborto para o embaixador - Lei
Campinas	década de 80	Delegacia do crime	Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Unicamp)	
José Pessoa	1998	Secretaria Estadual de Saúde	Maternidade Fria Damasceno (Complexo Cur das Amas)	Programa de atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual
Porto Alegre	1998	Secretaria Municipal de Saúde (desalocalizada municipal)	Hospital Mães no Parto e Placenta Viva Organização Conselho Hospital das Clínicas de Porto Alegre Agora Incorporaram	Programa de atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual
Maranhão	1997	Secretaria de Saúde do Estado (policial 070)	Maternidade do Hospital Agamenon Magalhães de Medicina	Programa de atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual - CISA/MSPE
Aracaju	1998	em 1998	Farmácia Magalhães	
São Paulo	1998	Secretaria Municipal de Saúde (policial)	Centro Integrado de Assistência de Medicina	Programa de Aborto Legal
	1994	Delegacia Hospital	Hospital Pôrta Byron	Programa de atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual
	1998	Delegacia Hospital	Hospital São Paulo	Programa de atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual



# Cairo+5

## De Haia à Nova Iorque

Quem esteve no Fórum Internacional de Haia para o Cairo+5 sabe que se deu aí uma negociação fluída, envolvendo países e ONGs em todos os espaços de debate. Para muitas de nós, Haia abria a expectativa de que o Cairo+5 permitiria articular melhor medidas de implementação da CIPD – Conferência Internacional de População e Desenvolvimento – às questões de desenvolvimento. Ou seja que teríamos aí um bom começo para seguir adiante em direção a Copenhague +5 e Beijing+5.

Entretanto, as duas sessões do Prepcom – Comitê Preparatório – acontecidas em Nova Iorque (março e junho) foram negociações muito difíceis, implicando, inclusive, em riscos de retrocessos importantes em relação a agenda da CIPD. O que teria acontecido que pode explicar a mudança radical entre o ambiente caloroso de Haia, em fevereiro, e os perigos de retrocesso no Prepcom (em março e junho)?

Deve-se lembrar que o Vaticano esteve relativamente silencioso em Haia e que na mesma ocasião o Grupo dos 77 e China – que teoricamente representam o mundo em desenvolvimento – não operou como um bloco. Já em Nova Iorque o Vaticano foi muito vocal e, claramente, teve influencia sobre o G77 no seu conjunto. O maior obstáculo observado nas negociações do Prepcom foi, de fato, a decisão do G77

de atuar em bloco em relação a todas as questões, incluindo-se gênero, saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Esta opção era justificada como sendo “estratégica” para assegurar a coesão do grupo em outras negociações do sistema como, por exemplo, a OMC e o debate sobre arquitetura financeira internacional.

Entretanto, sabemos que em Cairo e Beijing o G77 só buscou consenso em questões econômicas e sociais pois não há possibilidade de acordo nos demais temas, sobretudo naqueles que dizem respeito, de perto, às mulheres. Ou seja, parece claro que a opção por atuação em bloco teve influência direta dos países mais conservadores e eventualmente a mão nefasta do próprio Vaticano nas dinâmicas de preparação para negociações de março de 1999. O resultado foi que como não se finalizaram os trabalhos em março, as negociações foram retomadas em junho, imediatamente antes da Sessão Especial da Assembléia Geral.

### Juventude, Sexualidade e Aborto: Boas Razões para Romper um “Consenso Forçado”

Na sessão de junho, ao final da primeira semana de trabalho, 27 países expressaram, de forma coordenada um posicionamento que divergia da posição apresentada formalmente pelo G77. Esta decisão coletiva alterou, por completo e de forma positiva, a dinâmica da negociação.

No debate sobre o parágrafo 13, que trata das políticas para juventude, foi apresentada uma proposta de texto pela Namíbia abrindo, finalmente, a possibilidade de os países se expressarem individualmente. O mesmo aconteceu no caso do parágrafo 23 relativo a inclusão da educação sexual no currículo escolar, a partir de um novo texto apresentado por Gana. As duas propostas foram apoiadas pelos 27 países dissidentes, assim como pelas inúmeras outras delegações. Entre os 27 países, 16 são latino-americanos.



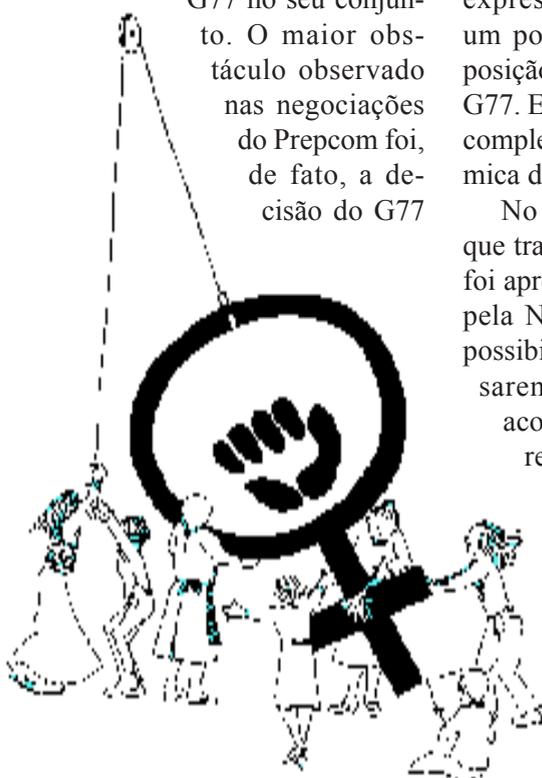
mujer fempress 82

Um segundo momento crucial ocorreu ao final do Prepcom quando foi negociada a proposta de texto apresentada pelo Brasil para o parágrafo referente ao aborto. A proposição original brasileira combinava:

- ✓ Menção integral ao parágrafo 8.25 do Cairo.
- ✓ Uma recomendação explícita de que os profissionais de saúde sejam treinados e equipados para garantir que o aborto seja seguro nas circunstâncias em que é legal.
- ✓ Menção integral do parágrafo 106 k da Plataforma de Ação de Beijing que recomenda ao países a revisão das legislações punitivas.

O texto foi calorosamente apoiado pelos demais 26 países “dissidentes” e outras delegações, somando-se mais de 60 votos de apoio. Nas declarações de voto algumas delegações foram muito contundentes, como por exemplo o Nepal. Embora as leis nepalesas em relação ao aborto sejam extremamente rigorosas, o delegado presente ao Prepcom afirmou que a proposta brasileira poderia ser um instrumento importante no processo de reformulação da legislação nacional.

Entretanto, uma minoria de delegações se opôs radicalmente ao texto brasileiro: os países islâmicos em bloco (com exceção de Bangladesh e Indonésia); Argentina; Nicarágua, Guatemala; Santa Sé e Malta (que só compareceu à sala para manifestar seu voto neste caso específico). Inevitavelmente, as negociações foram reabertas. O processo de “produção de um novo consenso” durou mais de quatro horas em sessão plenária, observada de perto pelas ONGs e imprensa (o que é uma ➤



mujer fempress 82



**Continuação...**

metodologia pouco habitual de solucionar impasses nas Nações Unidas).

O resultado disto é um texto que, se não faz menção à linguagem de Beijing, inclui a recomendação acerca do treinamento e equipamento de profissionais. O conteúdo aprovado não reflete, portanto, a dinâmica real da negociação. Expressa o “consenso possível” determinado pela capacidade de obstrução dos países conservadores.

Neste sentido, o resultado político da negociação pode e deve ser interpretado como positivo. Já o texto adotado combina um avanço importante em termos de implementação (treinar profissionais) e um retrocesso (a omissão com relação a leis punitivas). Ao meu ver, cabe ao movimento de mulheres otimizar os ganhos e relativizar a perda.

Vale lembrar que no início das negociações da CIPD +5, para um grupo de atores bastante relevantes – incluindo-se aí o FNUAP – seria suficiente repetir as definições do Cairo, ou seja apenas reiterar as idéias contidas no parágrafo 8.25. Além disto é preciso dizer que o consenso da CIPD+5 é, em vários aspectos mais consistente, que aquele que emergiu do Cairo e de Beijing, como sugere a análise acerca do posicionamento regional latino-americano.

**Um novo consenso regional?**

A voz da América Latina foi, sem dúvida, mais amplamente progressista nas matérias sobre sexualidade e reprodução do que em ocasiões anteriores. Se tomamos como referência o posicionamento regional em Cairo e Beijing fica evidente que a posição dos países evoluiu de forma gradual, mas contínua e positiva ao longo dos últimos cinco anos. Já em 1994, o Brasil teve uma posição clara com relação ao aborto (parágrafo 8.25) e direitos reprodutivos (parágrafo 7.3) no que foi acompanhado, ainda que com grande discricção, por outros países como Uruguai, México e Bolívia. Porém alguns países não foram tão vocais e vários fizeram reservas explícitas à Plataforma de Ação da CIPD (Argentina, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Peru, Honduras, República Dominicana). Um ano mais tarde, em Beijing, de novo se registrou uma posição bastante avançada, porém discreta, em relação ao parágrafo 106 k (8.25 de CIPD+5 a revisão de leis punitivas) e com relação ao parágrafo 96 (direitos sexuais).

No caso da CIPD+5 foi particularmente marcante:

✓ A clara posição da maioria dos países latinos no que se refere a

não aceitar o consenso forçado que as forças conservadoras buscavam lograr no Grupo dos 77.

✓ O persistente esforço do México no sentido de garantir a educação sexual nos currículos de educação pública.

✓ O apoio consistente da maioria dos países aos textos relativos a adolescência e mais especialmente ao texto proposto pelo Brasil para o parágrafo referente ao aborto, em voto aberto na plenária do grupo de trabalho. As únicas exceções, como se sabe, foram Argentina, Nicarágua e Guatemala.

Vale dizer, no contexto de negociações das Nações Unidas é muito diferente explicitar posições em plenária do que fazê-lo nos grupos informais de negociação (o que, em grande medida marcou o processo de Beijing). É também fundamental registrar que a maioria dos países estiveram sob pressão aberta do Vaticano durante as duas últimas semanas da CIPD+5. O posicionamento regional observado em Cairo+5 não foi, ao meu ver, conjuntural. Não deveria ser interpretado apenas como “uma posição de negociação na ONU”. Entre outras coisas, reflete o trabalho contínuo que vem sendo realizado pelas organizações de mulheres nos níveis nacionais ao longo

## Casa da Mulher Trabalhadora esclarece sobre DST e Aids de boca em boca

Levar aos locais de trabalho basicamente feminino informações sobre Aids e doenças sexualmente transmissíveis – DSTs – e com isso, sensibilizar as mulheres para a multiplicação destas informações. Este é o objetivo do projeto de Boca em Boca da Casa da Mulher Trabalhadora – Camtra, lançado no Saara, maior shopping a céu aberto da América Latina, no centro do Rio de Janeiro. O local foi escolhido pela grande concentração de mulheres na idade de 16 a 25 anos, faixa etária em que acontecem 40% das novas infecções do vírus HIV/Aids.

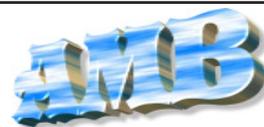
Um grupo de voluntárias se divide e entrega os kits Boca de loja em loja, com folhetos explicativos sobre DST/Aids e camisinhas. Somente na primeira ação, de 78 lojas visitadas, cerca de 600 mulheres trabalhadoras foram beneficiadas e, ao final serão 6 mil. A iniciativa conta com a parceria do Centro de Desenvolvimento e Apoio a Programas de Saúde – Cedaps e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE/SAAP e tem como colaboradores a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, o Centro de Projetos da Mulher – Cemina e a Sociedade de Amigos de Vila Kennedy. O apoio é do The Global Fund for Women.

A Casa da Mulher Trabalhadora – CAMTRA é uma organização não – governamental, sem fins lucrativos, que desenvolve atividades de informação, formação e pesquisa nas áreas de educação, saúde e direitos humanos. Em dois anos de existência várias atividades como palestras, seminários, encontros, cursos de formação e oficinas foram desenvolvidas para trabalhadoras de baixa renda. O “Projeto Não Basta Ser Mulher. Tem que Participar”, por exemplo, voltado para sindicalistas, levou informações sobre Aids, segurança no trabalho e participação política das lideranças femininas dentro de suas organizações para rodoviárias, gráficas, vendedoras e professoras.

Todos os projetos da Camtra abrem um canal de comunicação com as entidades de apoio à mulher. O projeto Disque Mulher Trabalhadora disponibiliza um banco de dados com telefones e endereços destas instituições. As mulheres que se aproximam da Camtra pelos seminários e eventos organizados podem contar com um serviço de apoio à dúvidas sobre direitos, saúde e educação. A instituição, na realidade é apenas o órgão que encaminha aos setores competentes as dúvidas e necessidades das mulheres de dupla jornada.



## José Gregori recebe a AMB



**R**epresentantes da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras – estiveram reunidas em Brasília, entre os dias 7 e 10 de agosto, para elaborar um balanço nacional das políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres, nos últimos cinco anos, tendo em vista os compromissos firmados pelo governo brasileiro durante a IV Conferência Mundial de Beijing. O levantamento será enviado a entidades ligadas a questões da mulher em todo o Brasil e deverá ser apresentado na Conferência Mundial Beijing+5, que a Organização das Nações Unidas promoverá em julho do próximo ano, em Nova Iorque.

No último dia 10 de agosto, a Coordenação Executiva Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, acompanhada da Deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), esteve em audiência com o Dr. José Gregori, Secretário de Estado dos Direitos Humanos. Em pauta: a reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O Secretário recebeu um abaixo-assinado, organizado pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e pela Articulação de Mulheres Brasileiras, contendo 202 subscrições de organizações de todo o país e mais 101 assinaturas individuais.

As organizações do movimento de mulheres, que estiveram diretamente envolvidas com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985 e, desde então, vêm envidando esforços para o seu fortalecimento e para assegurar transversalidade às políticas públicas para a igualdade de direitos e equidade entre os gêneros, reivindicaram a efetividade dos compromissos assumidos na Plataforma de Ação aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher.

Na avaliação das organizações de mulheres que firmaram o abaixo-assinado, o perfil institucional, os recursos financeiros irrisórios, a sua composição interna e o baixo padrão de interlocução que hoje são conferidos ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estão distantes dos compromissos assumidos em Beijing'95, não condizendo com a magnitude da tarefa que lhe cabe. Basta dizer que o Conselho tinha uma previsão orçamentária de R\$ 8.047.000,00 para 1999 (sendo R\$ 47 mil para a defesa dos direitos da mulher e R\$ 8 milhões para o apoio financeiro às casas abrigo), mas o seu limite orçamentário foi reduzido à R\$ 820 mil, sendo R\$ 800 mil para as casas abrigo e o restante para a defesa dos direitos da mulher.

Os recursos financeiros são poucos e os humanos também: em 1998 e até o primeiro trimestre deste ano o Conselho contava apenas com seis técnicas e duas pessoas para apoio administrativo, lotados numa Coordenação para a Igualdade de Gênero, dentro da SEDH – Secretaria de Estado de Direitos Humanos. A partir do segundo trimestre de 1999 a situação agravou-se, o Conselho ficou com duas técnicas e duas pessoas de apoio administrativo.

O Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Dr. José Gregori, concordou ser necessária a reestruturação, mas ponderou que, no momento atual, haveria que se construir uma proposta realista, compatível com a necessidade de enxugamento de gastos na administração pública. A ordem no governo é fazer mais com menos.

### A sucessão no CNDM

Dias antes da entrega do abaixo-assinado ao Secretário, a Dra. Solange Bentes Jurema havia sido convidada pelo Dr. José Gregori para assumir o cargo de Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ela respondeu que só poderia aceitar o convite se contasse com o apoio do movimento de mulheres e se houvesse uma reestruturação do Conselho. Solicitou então, ao Secretário, a realização de uma reunião com algumas ex-conselheiras e representantes de organizações de mulheres para consulta e discussão. Solange recebeu resposta positiva do Secretário, que delegou a ela a coordenação do processo de sucessão no CNDM.

A indicação de Solange para a presidência partiu de Rosiska Darci de Oliveira, ex-presidente do CNDM. A indicada foi conselheira na gestão anterior, é advogada e integra a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica.

A reunião acordada, realizou-se no último dia 11 de agosto, no Ministério da Justiça, com a participação de três ex-conselheiras do CNDM, representantes da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos – RedeSaúde, da Articulação

de Mulheres Brasileiras – AMB, do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA, do Fórum de Mulheres de Pernambuco, e do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Debateu-se, então, quais seriam as condições mínimas necessárias para que o Conselho pudesse desempenhar suas atividades, concluindo-se que o CNDM deveria contar com o apoio político, e com uma

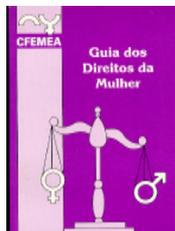


equipe técnica e administrativa, que viabilizasse o desenvolvimento das ações prioritárias do Conselho, bem como recursos orçamentários condizentes com as tarefas que lhe cabem.

Na tarde deste mesmo dia, o Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Dr. Anastasia, o Secretário Adjunto de Direitos Humanos Dr. Marcelo, e a Chefe de Gabinete do SEDH, Dra. Ana Samico, vieram à reunião apresentar a proposta deles com relação à reestruturação do Conselho. A proposta apresentada não era satisfatória e uma nova reunião, no dia 18 de agosto, seguiu as negociações buscando melhores condições para o funcionamento do Conselho, mas avançou-se pouco.

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos fez questão de afirmar e reafirmar o seu apoio político ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Apesar de toda esta ênfase, ao final das negociações não se conseguiu obter avanços substantivos em relação à garantia de uma equipe técnica permanente. O acertado é que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher terá apoio técnico e administrativo de uma Coordenação para a Igualdade de Gênero, que contará com duas técnicas em cargos de confiança (funções gratificadas no serviço público) e mais duas ou três técnicas contratadas através de cooperação entre o UNIFEM/SEDH/CNDM, além de apoio administrativo, havendo ainda a possibilidade de contratação esporádica de consultorias especializadas e de realização de convênios com ONG's de mulheres. ☐





# Sou cidadã, conheço meus direitos

## A Mulher e o Direito Penal – Violência Psicológica

A violência, principalmente a violência contra a mulher, se apresenta de várias formas: física, sexual ou psicológica. Já vimos a violência sexual – “estupro” e “atentado violento ao pudor” (*Fêmea* nº 55 – agosto 1997). Hoje veremos a violência psicológica.

A violência psicológica, emocional ou moral é muitas vezes “sutil” isto é, leve, mansa, hábil, mesmo assim, não deixa de ser “violência” e abala o emocional da mulher.

Ser chamada de estúpida, boca aberta, burra ou louca, é violência psicológica. Da mesma forma, ser chamada de gorda, velha, feia, também é violência.

Sofrer chantagem emocional tipo ameaças de separação ou que vai tirar de você seus filhos, não vai lhe dar dinheiro para as despesas da família ou se “gaba” de sustentar a casa e por isto manda na família, são formas de violência emocional.

Contar suas “aventuras” sexuais fora de casa e deixar a mulher constrangida, é violência.

Muitas mulheres passam anos e anos sofrendo de violência psicológica, ou emocional, a tal ponto que, desesperadas, cometem desatinos, loucuras, até mesmo o suicídio. Para essa violência existem três tipos de crime em nosso Código Penal: calúnia, injúria e difamação. Estes tipos penais (crimes), também são chamados de “crimes contra a honra”.

### Calúnia

O Código Penal diz:

*Artigo 138 – Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.*

*Pena: detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.*

Assim, dizer que alguém cometeu um fato considerado crime, sem ser verdade (falsamente), é *calúnia*, crime contra a honra das pessoas. Por exemplo: chamar alguém de assassino, sem ter provas.

### Difamação

O Código Penal diz:

*Artigo 139 – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.*

*Pena: detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano e multa.*

Desta forma, falar mal de alguém, dizendo que seu comportamento não é correto; ofender a reputação de alguém, com críticas mentirosas é considerado crime de *difamação*. Por exemplo: dizer em público que a

mulher é safada ou piranha.

### Injúria

O Código Penal diz:

*Artigo 140 – Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro.*

*Pena: detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.*

A *dignidade* de uma pessoa é o sentimento que ela tem sobre seus atributos morais e *decoro* é o sentimento, sobre si mesma, com relação a seus atributos físicos e intelectuais. Chamar, desejando ofender uma pessoa, de “vagabunda”, “salafrária”, “sem-vergonha”, “vedete”, “saliente”, etc., é injúria. Não só as palavras podem ser injuriosas, escrever expressões ofensivas também é injúria, bem como praticar atos que venham ofender a dignidade ou decoro das pessoas.

A denúncia para estes três tipos de crime só pode ser feita pela própria vítima ou, em caso de menores ou incapazes, pelos seus representantes legais.

Todos estes crimes têm o mesmo encaminhamento:

1. apresente queixa na Delegacia, de preferência na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM;
2. se puder, leve a queixa por escrito. Caso não seja possível, a policial que a atende anota as declarações;
3. leve o nome completo, profissão e endereço do criminoso;
4. ninguém deve sentir vergonha de contar, com detalhes, tudo que foi dito contra sua pessoa e da forma como aconteceu;
5. caso tenha sido ofendida diante de alguém, peça a esta pessoa para lhe acompanhar e ser sua testemunha. Mesmo que ela não possa lhe acompanhar, leve seu nome completo, endereço e profissão, para que depois, ela seja chamada a depor a seu favor;
6. solicite cópia do Boletim de Ocorrência – BO, para mover contra o criminoso ação para que ele desminta o que disse
7. a vítima, depois que provar que houve a calúnia ou a difamação, pode pedir uma indenização em dinheiro, por perdas e danos morais.

*Caso o caluniador ou difamador retire tudo o que disse (se retrate cabalmente, confesse que errou) antes da sentença, ele pode ser isento de pena. Já no caso de injúria, não há retratação.*



## A C O N T E C E

## Participação política feminina

Fortalecer o conceito de cidadania participativa no sistema democrático por meio da discussão do papel da mulher na política, sua inserção no cenário político brasileiro e sua capacitação para concorrer a cargos eletivos. Esse é o principal objetivo do evento “Vozes Essenciais na Política: a Participação da Mulher”, promovido em parceria pelo SESC-SP, Conselho Estadual da Condição Feminina/SP e da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Serão palestras e workshops que discutirão temas como *A mulher na Política Brasileira e a nova lei eleitoral*, *Organização de Campanhas*, *Financiamento de Campanhas*, *Redes de Contato e Apoio*, *Relacionamento com a Mídia e Ética na Política*.

O programa é destinado a mulheres políticas, ativistas e militantes de partidos políticos, mulheres que planejam candidatar-se a cargos eletivos ou que trabalham em campanhas políticas, ativistas ligadas a instituições que tratam de questões de gênero e mulheres ativas na vida pública que desejam aumentar seu potencial político.

O evento, que será realizado em São Paulo entre os dias 20 e 22 de setembro, dá continuidade à discussão sobre a participação da mulher na sociedade iniciada na conferência “Vozes Essenciais das Américas”, realizada com o apoio do Governo dos Estados Unidos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Montevideo, Uruguai, em setembro de 1998. Mais informações pelo telefone (11) 5080-3000.

mujer fempress 209


## Curso de capacitação para mulheres jovens

O CEMINA (Centro de Projetos da Mulher), em parceria com o Programa de Liderança da Mulher do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), está fazendo um levantamento nacional de projetos na área de juventude com o recorte de gênero. Desse levantamento, 15 projetos serão selecionados e terão uma publicação com fotos e informações sobre o trabalho que desenvolvem. Além disso, cada experiência selecionada indicará uma jovem integrante de sua equipe técnica para participar do I Curso de Capacitação para Mulheres Jovens em “Gênero, Rádio e Mobilização Social”. O curso acontecerá no Rio de Janeiro, na sede do CEMINA, e todas

as despesas das participantes com traslado, alimentação e estadia serão cobertas. Mais informações com Renata Affonso, coordenadora do projeto, pelo e-mail: raffonso@redeb.org.br ou pelo fax (21) 262-6454.

## Prêmio cidadania mundial

Cidadania Mundial, Direitos Humanos, Promoção da Condição da Mulher e Preservação do Meio Ambiente. Esses são os quatro temas que podem concorrer ao Prêmio Cidadania Mundial deste ano. O prêmio será concedido pela Comunidade Baha’í do Brasil a pessoas ou instituições que se destacaram nesta década com iniciativas e ações para a construção de um futuro de paz e unidade. As inscrições encerram dia 15 de setembro. A premiação será em outubro no Rio de Janeiro. Essa é a quarta edição do Cidadania Mundial, que já

premiou o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a escritora Lygia Fagundes Telles, a cineasta Tizuka Yamasaki, o Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, o teólogo Leonardo Boff, entre outros. Os

escolhidos receberão uma escultura da artista plástica Yone Di Alerigi. É preciso enviar currículo e justificativa para concorrer ao prêmio junto com livros, vídeos, jornais ou outros materiais que melhor descrevam o trabalho realizado pelo concorrente a ser indicado para o prêmio. Mais informações pelo telefone (61) 364-3594, pela home page [www.bahai.org.br/premio](http://www.bahai.org.br/premio) ou pelo e-mail [premio@bahai.org.br](mailto:premio@bahai.org.br). As inscrições podem ser feitas pela caixa postal 7035, CEP 71619-970, Brasília-DF.


mujer fempress 209

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 – Ed. Venâncio 3000  
70718-900 – Brasília-DF – Brasil

Fêmea

IMPRESSO

